

Maria José Bezerra (Maria Soldado): Una Enfermera Negra Brasileña Invisibilizada

Maria José Bezerra (Maria Soldado): A Brazilian Black Nurse Invisibilized

Maria José Bezerra (Maria Soldado): Una Enfermeira Negra Brasileña Invisible

ROUDOM FERREIRA MOURA, TERESA CRISTINA GIOIA SCHIMIDT

Roudom Ferreira Moura

Universidade de São Paulo. Brasil.
rfmoura@saude.sp.gov.br
<https://orcid.org/0000-0002-0685-4627>
<http://lattes.cnpq.br/5980191805817282>

Teresa Cristina Gioia Schmidt

Universidade de São Paulo. Brasil.
teresa.schmidt@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7196-3563>
<http://lattes.cnpq.br/2494511878700460>

Correo principal:

rfmoura@saude.sp.gov.br

Fecha recepción: 23/11/2023

Fecha aceptación: 11/02/2024

Financiación: Este trabajo no ha recibido financiación.

Conflicto de intereses: Los autores declaran no tener conflicto de intereses.



Licencia: Este trabajo se comparte bajo la licencia de Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional de Creative Commons (CC BY-NC-SA 4.0): <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

© 2024 Roudom Ferreira Moura, Teresa Cristina Gioia Schmidt

Resumen:

Introducción: Maria José Bezerra, Maria Soldado, mujer negra nacida en la ciudad de Limeira, São Paulo, heroína y símbolo de la Revolución Constitucionalista de 1932, fue una enfermera de guerra reconocida por su fuerza, valor, patriotismo y abnegación.

Objetivo: historiar la trayectoria vital personal y profesional de Maria José Bezerra. Metodología: Investigación biográfica realizada a partir de registros bibliográficos y documentales.

Resultados: Maria José Bezerra sirvió como enfermera miembro de la Legión Negra en la Guerra Civil de la Revolución Constitucionalista de 1932, destacando por sus logros, con una contribución activa a la construcción de la historia del país.

Conclusión: La invisibilidad negra traduce la injusticia, la incoherencia de los derechos y también los actos que tratan de deshonorar al individuo en sus aspectos individuales y colectivos. El estudio de la trayectoria de esta mujer luchadora se constituye como una estrategia para dar voz, fuerza y sentido a hacer pública la historia de una representante de la población negra, y también debería incluirse en los currículos académicos.

Palabras clave: Historia de la enfermería; biografía; racismo; enfermería.

Abstract:

Introduction: Maria José Bezerra, a black woman born in the city of Limeira, São Paulo, hero and symbol of the 1932 Constitutionalist Revolution, was a war nurse recognized for her strength, courage, patriotism and abnegation.

Objective: To historicize Maria José Bezerra's personal and professional life trajectory.

Citación: Moura, R.F., Schmidt, T.C.G. (2024). Maria José Bezerra (Maria Soldado): Uma Enfermeira Negra Brasileira Invisibilizada. *Cultura de los Cuidados*, (68), 179–188. <https://doi.org/10.14198/cuid.19034>



Methodology: Biographical research based on bibliographic and documentary records.

Results: Maria José Bezerra acted as a nurse member of the Black Legion in the Civil War of the Constitutionalist Revolution of 1932, stood out for her achievements, with active contribution in the construction of the country's history.

Conclusion: Black invisibility translates as injustice, inconsistency of rights, and even acts that try to discredit the individual in their individual and collective aspects. The study of the trajectory of this woman fighter constitutes a strategy to give voice, strength and meaning to make public the history of a representative of the black population, and the theme should also be included in academic curricula.

Keywords: History of Nursing; biography; racism; nursing.

Resumo:

Introdução: Maria José Bezerra, a Maria Soldado, uma mulher negra nascida na cidade de Limeira, São Paulo, heroína e símbolo da Revolução Constitucionalista de 1932, foi uma enfermeira de guerra reconhecida pela força, coragem, patriotismo e abnegação.

Objetivo: Historicizar a trajetória de vida pessoal e profissional de Maria José Bezerra.

Metodologia: Pesquisa biográfica realizada a partir de registros bibliográficos e documentais.

Resultados: Maria José Bezerra atuou como enfermeira membro da Legião Negra na Guerra Civil da Revolução Constitucionalista de 1932, destacou-se pelos seus feitos, com contribuição ativa na construção da história do país.

Conclusão: A invisibilidade negra traduz a injustiça, incoerência de direitos e, ainda, atos que tentam desabonar o indivíduo em seus aspectos individuais e coletivos. O estudo da trajetória dessa mulher lutadora constitui-se como estratégia de dar voz, força e sentido de tornar público a história de uma representante da população negra, devendo ainda ser inclusa a temática nos currículos acadêmicos.

Palavras-chave: História da Enfermagem; biografia; racismo; enfermagem.

INTRODUÇÃO

A biografia e trajetória de vida, introduzem debates essenciais sobre a estrutura social, ação individual, construção política e identitária das diversas profissões, inclusive, a do profissional da Enfermagem. O conhecimento e o uso de estudos dessa natureza constituem ferramentas contributivas ao ensino da história da Enfermagem no âmbito da graduação e pós-graduação. Os resultados dessas pesquisas requerem ser divulgados e valorizados nas entidades de classe, nas escolas de formação profissional, na realização de eventos e na socialização do conhecimento por meio de periódicos específicos (Padilha, Nelson & Borenstein, 2011).

No entanto, a contribuição de atores sociais e seus conhecimentos produzidos podem ser refutados pelo grupo e/ou classe dominante visto a intencionalidade em pano de fundo que objetivam impedir representações não corroborativas com o ideal estabelecido no imaginário social hegemônico. Nesse sentido, a modificação de trajetórias, eliminação de singularidades, negação de fatos históricos, invisibilidade de sujeitos e preconceitos são formas de ocultar e/ou macular uma identidade (Campos & Oguisso, 2008).

No mundo e no Brasil, a historiografia da Enfermagem extingue as enfermeiras negras da sua narrativa, invisibilizando-as. Esta invisibilidade fundamenta-se nas relações de poder, gênero e raça, ao atender os interesses do patriarcado, que se caracteriza como heteronormativo, elitista e branco. Nessa lógica, a exclusão de personagens da história da enfermagem mascara uma compreensão fidedigna sobre a construção desta profissão (Low & Oguisso, 2014).

A escrita da História da Enfermagem produzida por uma historiografia tradicional, que manipulava, distorcia e analisava fatos históricos para atender os interesses da classe dominante, inviabiliza, até os dias atuais, o acesso de informações sobre a construção de uma identidade negra na enfermagem. Apesar disso, observa-se que é inegável a importância e destaque do cuidado por mulheres negras no mundo e no Brasil ao longo dos tempos (Pinheiro, 2015).

No Brasil, o racismo sempre esteve presente na origem da Enfermagem profissional, fato historicamente comprovado ao analisar os critérios de admissão de alunos junto à Escola de Enfermeiras, pertencente ao Departamento Nacional de Saúde Pública. A referida escola, chamada de Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) situada no Rio de Janeiro/RJ, fundada em 1923, conhecida como escola padrão de referência para Enfermagem. Ressalta-se que o impedimento de mulheres negras na EEAN era concebido de forma diplomática e estratégica, pois, legalmente elas não poderiam ser impedidas de frequentar o sistema de educação por serem cidadãs brasileiras, porém, a exclusão era feita controlando os critérios de “qualificação”, os quais sempre desclassificavam as candidatas negras (Campos & Oguisso, 2008).

A condição feminina aliada ao traço negro afrodescendente desqualificava a participação da mulher negra, uma vez que trazia à tona a representação de ser escrava, praticante do sexo venal, doméstica, depreciada em seus padrões moral e de beleza (Campos & Oguisso, 2008).

A raça/cor é um elemento norteador das práticas de racismo e seus desdobramentos nas práticas de segregação racial e invisibilidade do povo negro (Amaro, 2005). A história revela que na EEAN havia três alunas que possuíam outras características fenotípicas de negro (sem especificar), porém com pele branca. Isso porque, a cor de pele parda/preta resgatava a imagem de imoralidade e de doença vinculada forçosamente as cuidadoras negras, assim, pretendia-se

criar a imagem branca, pura, dócil e de elevado *status* social da Enfermagem no Brasil (Campos & Oguisso, 2008). Diante da pressão por minorias dos segmentos sociais, notoriamente a imprensa, o Departamento de Saúde considerou o ingresso de uma candidata negra como estratégia de apaziguar a opinião pública e não comprometer a imagem de uma escola de ensino superior de enfermagem fundamentada em princípios científicos (Campos & Oguisso, 2008; Campos, 2015).

Em 1926, a admissão da primeira mulher negra na EEAN gerou conflitos na escola, com argumento de suspeita que sua entrada havia sido indicada pela imprensa e pelo incomodo das demais estudantes, por serem contra a entrada de mulheres negras. Em Conselho de Estudantes, as futuras enfermeiras diplomadas decidiram pôr fim a qualquer tipo de manifestação contra a permanência da mais nova estudante, ou, qualquer ato de desrespeito, exigindo a condição de que não fosse admitida outra mulher negra, desvelando a ideologia racista que fundamentava a EEAN. Durante um longo período a EEAN não admitiu estudantes negras, estas passaram a fazer parte do corpo discente quando a escola deixou de ser dirigida pela Fundação Rockefeller, e passou a ser assumida por dirigentes brasileiras (Campos & Oguisso, 2008; Campos, 2012).

Diante destas representações impostas ao povo negro foi negada a profissionalização da mulher negra na enfermagem durante décadas. Entretanto, a fundação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP), considerada a segunda escola oficial de enfermagem, em 1940, trouxe avanços para a inserção da mulher negra na graduação de enfermagem, caracterizando-se como um novo espaço formador da enfermagem brasileira. A partir da segunda turma, em 1943, a EEUSP possuía duas estudantes negras (Campos & Oguisso, 2008). Mesmo com tais avanços, a historiografia da Enfermagem Brasileira continua negando as enfermeiras negras como estratégia de torná-las ocultas. Tal circunstância é concretizada pelas relações de gênero, raça e classe, inferida no objetivo focal diante da manipulação e da idealização do profissional branco.

A identidade forjada neste contexto contempla enfermeiras brancas no compartilhamento de significados sobre sua profissão, conferindo-as representatividade. Nesta perspectiva romper com a historiografia tradicional da enfermagem e dar visibilidade as enfermeiras negras do Brasil se faz emergencial, haja vista, principalmente, pelo fato da enfermagem, também, ser negra. Resultados de pesquisa ratificam a feminilização da enfermagem (84,6%), retratando o perfil da enfermagem no Brasil, com 37,9% dos enfermeiros como negros (31,3% - pardos e 6,6% - pretos) enquanto, que técnicos e auxiliares negros são de 57,4% (44,5% - pardos 12,9% - pretos) (COFEN, 2015).

Em 2019, resultados do estudo confirmaram a presença da mulher negra na enfermagem profissional brasileira, reforçando a discriminação racial como uma ocorrência marcada e a relevância de fomentar debates críticos donde a igualdade de gênero, classe e etnia possam ser trazidos para a sociedade (Silva & Freitas, 2018).

Diante disso, este trabalho justifica-se no sentido de contribuir para a literatura em geral, em especial, a acadêmica de enfermagem, ao trazer a identidade da profissão a partir do afastamento das estruturas ideológicas, relações de gênero, raça e classe que a tentam adulterá-la.

Este estudo apresenta como objeto de investigação o recorte da biografia de Maria José Bezerra, a Maria Soldado, mulher negra e enfermeira que se destacou por atuar de maneira articuladora, resolutiva, criativa e transformadora na guerra civil da Revolução Constitucionalista de 1932. Nesse sentido, seu objetivo é historicizar a trajetória de vida pessoal e profissional de Maria José Bezerra sob a perspectiva de gênero, raça e classe.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo histórico social de abordagem qualitativa a partir de registros bibliográficos e documentais. Na enfermagem, a biografia tem sido utilizada para destacar o desenvolvimento de uma determinada área profissional; orientar a criação de teorias, bem como, investigar os avanços sociais e políticos da profissão (Padilha, Nelson & Borenstein, 2011).

Para investigação foram utilizados como fonte, o acervo de postagens e de imagens da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC e as publicações científicas disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) com seus respectivos indexados que versavam sobre a temática da Presença de Enfermeiros Brasileiros Negros em Guerras. Para tal, utilizou-se dos Descritores em Ciências da Saúde (DeSC): História da enfermagem, Mulher negra e biografia combinados para busca com o indicador booleano “AND”.

Devido alguns estudos não serem indexados de forma adequada para localização a partir dos DeSC supracitados, assim como pela quantidade de estudos encontrados sobre o tema, optou-se por utilizar, também, o Google e o Google acadêmico (que é uma ferramenta do servidor Google para pesquisa de trabalhos científicos). A busca no Google se deu pelo nome Maria José Bezerra. No Google acadêmico se deu pela utilização dos descritores supracitados de mesma combinação.

Após o referido levantamento, as informações foram organizadas conforme cronologia de maneira a atender aos objetivos propostos.

A pesquisa biográfica por meio da análise documental de dados secundários não exige o cumprimento legal de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Portanto, os princípios estabelecidos pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos foram cumpridos (Brasil, 2013).

RESULTADOS

Maria José Bezerra, a Maria Soldado, no Contexto sócio-histórico do Brasil

Maria José Bezerra viveu em um contexto sócio-histórico importante para o país, o qual se faz necessário apresentar para compreender os paradigmas do período.

A República Velha (1889-1930) foi marca da política do café com leite, onde os presidentes, indicados pelos estados de Minas Gerais e São Paulo se sucediam no poder. Em 1929, lideranças de São Paulo rompeu a aliança e indicou o paulista Júlio Prestes à candidatura da presidência com o apoio de 17 estados. Em resposta, o governador de Minas, indicou o gaúcho Getúlio Vargas e João Pessoa como vice com o apoio do Rio Grande do Sul e Paraíba. Em 1 de maio em 1930, Júlio Preste venceu as eleições, mas não assumiu, visto a ocorrência do Golpe de Estado, conhecido como o Golpe de 30 (03 de outubro de 1930) do qual despôs o Presidente da República Washington Luís, sendo o mesmo exilado (Campos, 2015).

O Golpe de Estado aconteceu por ação de um grupo armado que se formou diante da crise econômica de escala mundial, vivida em decorrência da quebra da bolsa de valores de New York em 1929. Tal fato abateu todas as economias que tivesse alguma participação nos mercados

internacionais, conforme foi o caso do Brasil, devido às exportações de café. O período ficou conhecido como Revolução de 30 e pôs fim à República Velha (Fausto, 2010).

Em 09 de julho de 1932 teve início a Revolução Constitucionalista, conhecida como Revolução de 1932/Guerra Paulista, com intuito de retirar Getúlio Vargas, conseqüentemente, reconstitucionalizar o país. A guerra civil ocorreu nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Durou 87 dias, terminando em 04 de outubro de 1932 com a derrota dos paulistas e com milhares de feridos e mortos. Importante salientar que em julho de 1934 houve a promulgação da Nova Constituição (Fausto, 2010; Fernandes, 2000; Villa, 2010).

A historiografia da Revolução Constitucionalista de 1932, traz a descrição de um batalhão intitulado de “Legião Negra ou Pérolas Negras”, composto por 3500 pessoas voluntárias, majoritariamente, homens e mulheres negras, e em parte por índios. Os soldados negros que compuseram a legião, em sua maioria, foram oriundos da Frente Negra Brasileira (FNB), entretanto, esta, enquanto instituição, se manteve isenta no movimento revolucionário uma vez que os ideias da revolução constitucionalista atendiam aos interesses da elite paulista branca (Pereira & Valente, 2014).

Interessante mencionar, que os voluntários negros viviam em condições degradantes e parte deles possuía a esperança pela melhoria da qualidade de vida a partir dos ideais de ascensão social. A maioria desse grupo decidiu ingressar na guerra civil, por razão do acesso imediato de uma situação social melhor para suas famílias, donde seus filhos receberiam moradia, alimentação, assistência educacional e de saúde, além de um salário para combater (Low, 2013).

Os soldados negros combatiam em linha de frente, alguns destes, sem treinamento, munição e outras provisões de guerra. Eram usados pelos paulistas brancos, uma vez que estes compunham a elite mentora e financiadora do movimento donde a classe média se colocava em menor quantidade na luta. Observa-se aqui uma das características do racismo, vista a ideia de sujeição de como as pessoas negras eram submetidas (Munanga, 2004). Diante desse contexto, de desvalorização da vida de pessoas negras, a Legião Negra foi dizimada e seus heróis esquecidos pela historiografia, um exemplo foi Maria José Bezerra (Campos, 2015; Low, 2013).

Maria José Bezerra viveu num contexto histórico da Missão Parsons, movimento ideológico racista liderado pela elite dominante branca de médicos e advogados. O referido movimento fundamentado, principalmente, na teoria de Darwin defendia a eugenia, difundindo a visão da qual pessoas negras traziam uma força biológica de hereditariedade promotora do corrompimento social e de fonte das doenças. Sendo assim, os negros eram caracterizados como indisciplinados, ignorantes, viciosos, violentos, criminosos, promíscuos e transmissores de doenças. Por sua vez, as mulheres negras eram consideradas como instrumento de sexo banal, promíscuo e difusor de doenças. A prova estava diante de suas habitações e espaços socioculturais, uma vez que sediavam a degeneração social e de saúde. Nesse contexto, a eugenia se estabelecia como política de Estado (Campos, Oguisso & Freitas, 2007; Mascarenhas, Melo & Silva, 2016).

A Missão Parsons era cientificamente difundida e se tornou uma política de Estado na República Velha estendida com seus resquícios até os dias atuais, ratificada ao contribuir na estruturação do racismo. Os registros revelam que as ações da missão favoreceram uma reforma sanitária, criação de políticas públicas, associações, congressos dos quais a limpeza social estava embutida (Campos, Oguisso & Freitas, 2007; Mascarenhas, Melo & Silva, 2016). Por conta disso, o processo de higienização e habitações populares (os chamados cortiços)

foram destruídos nas cidades, as ruas e avenidas remodeladas e higienizadas sem negros. Nesse momento histórico, houve o incentivo maciço da imigração europeia como estratégia de embranquecimento do Brasil, tornando-o um país socialmente superior. Afinal de contas, a meta da eugenia era acabar com as condições sociais degradantes trazidas pelo povo negro, principalmente pela miscigenação evidenciada pela cor da pele e traços anatômicos. Salienta-se aqui a forte intenção de exclusão da mulher negra na sociedade, inclusive dentro das profissões, como a enfermagem por exemplo (Campos & Oguisso, 2008).

Maria Jose Bezerra, a Maria Soldado – Biografia

Maria José Bezerra, negra, filha de escravos, nasceu em Limeira/SP, no dia 9 de dezembro de 1885. Viveu em São Paulo/SP e trabalhou como cozinheira para a família Penteado Mendonça até participar da Guerra Civil da Revolução Constitucionalista de 1932. Seus feitos e posicionamento político favoreceram ser alistada como “enfermeira”. Atuou como integrante da Legião Negra, na linha de frente de batalha de fuzil na mão, combatendo no setor Sul do Estado de São Paulo, precisamente nas cidades de Buri, Ligiana e Itararé (BRASIL, 2015).

Sua participação notória diante da causa constitucionalista permitiu a conquista de ser conhecida como “Maria Soldado” (Figura 1). Interessante ratificar as mulheres presentes na Guerra, majoritariamente negras assumiam papel para atuarem como enfermeiras em hospitais de sangue, nos postos de emergência das brigadas e frente de batalha. Contudo, o alistamento como enfermeira era condicionado à realização de cursos intensivos de saúde e de cuidados de enfermagem. Pelo destaque do seu exercício ao cuidado humano, recebeu o título de enfermeira pela imprensa e honras diante de um temporário reconhecimento social (Ferreira & Campos, 2014).

Figura 1 – Maria José Bezerra, a Maria Soldado.



Fonte: Acervo da Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.

Pesquisadores ao estudar as imagens produtoras do ser enfermeira, identificou ao longo dos tempos que é a mulher aquela responsável pelo cuidado de doentes e feridos e isso se dá independentemente da formação profissional. Contudo, sem qualquer tipo de reconhecimento social ou *status* de profissão, seus resultados apontaram que mesmo elas sendo religiosas, o cuidado se constituía no imaginário social como a abnegação e servidão. Portanto, pode-se afirmar que tal concepção de identidade dada a mulher dotada do exercício de cuidar se constituía a partir de seu gênero (Campos & Oguisso, 2008).

O gênero se estabelece como construção social historicamente situada na perspectiva de produção a partir do corpo. Neste sentido, à mulher é atribuído o cuidar e esse mérito não lhe é conferido enquanto pessoa, ou, profissional, mas é atribuído à religiosidade. Entretanto, ela se torna produtora ao manter trabalhadores e soldados vivos e saudáveis (Connell, 2015; Munanga, 2004).

Maria José Bezerra, ao defender a Revolução Constitucionalista na linha de frente da batalha, obteve reconhecimento pela sociedade e jornais da época. Exemplo é a nota impressa no Jornal Gazeta em 5 de setembro de 1932.

“Uma mulher de cor, alistada na Legião Negra, vencendo toda sorte de obstáculos e as durezas de uma viagem acidentada, uniu-se aos seus irmãos negros em pleno entrincheiramento na frente do Sul, descrevendo a página mais profundamente comovedora, mais profundamente brasileira, da campanha constitucionalista, ao desafiar a morte nos combates encarniçados e mortíferos para o inimigo, MARIA DA LEGIÃO NEGRA! Mulher abnegada e nobre da sua raça” (SÃO PAULO, 1932).

Após a Revolução de 1932, Maria José Bezerra voltou à sua vida de empregada doméstica, mas sempre se manteve presente nas manifestações estudantis contra a Ditadura. Terminou sua vida vendendo doces e salgados no Hospital das Clínicas de São Paulo/SP (Ferreira & Campos, 2014).

A historiografia do Brasil e da Enfermagem não produziram relatos ou descrições que contasse a história desta mulher negra, ao contrário, preferiu-se deixá-la no último extrato das camadas sociais, ocupando um lugar de invisibilidade e negligência.

Em 1957, com o Jubileu de Prata do movimento constitucionalista, Maria José Bezerra foi escolhida como “Mulher Símbolo de 32”, a mais alta honraria que uma mulher podia almejar, o que demonstrava a admiração e respeito dos ex-combatentes. Como heroína da Revolução, seus restos mortais repousam no panteão dos heróis da Revolução, simbolizado pelo grande e imponente obelisco no Parque do Ibirapuera na cidade de São Paulo (Campos, 2015; Low, 2013).

Maria Jose Bezerra faleceu na cidade natal em 11 de fevereiro em 1958, foi encontrada morta num quartinho de um prédio na Rua Consolação da cidade de São Paulo. Uma heroína caída em esquecimento, assim como todos os demais indivíduos negros que lutaram pela pátria e um estado de negligente reconhecimento (Low & Oguisso, 2014).

Sem dúvidas, seu posicionamento político e suas ações num contexto social de exclusão, tensão política e reconfiguração política do Brasil evidenciaram o cuidado, a essência da enfermagem. A evidência do cuidar conferiu visibilidade a profissão de enfermagem que nesta época inicializa sua profissionalização e jornada político-social para o reconhecimento pela sociedade brasileira (Low & Oguisso, 2014; BRASILa, 2015; Oguisso, Campos & Moreira, 2011).

Em 2015, o vereador Wilson Nunes Cerqueira apresentou o Projeto de Lei nº 99 que dispunha sobre a perpetuação do nome de Maria Soldado (Maria José Bezerra) em uma das ruas, avenidas, praças, ou, logradouros públicos no Município de Limeira. Este Projeto foi aprovado pela Lei 5.539, de 04 de agosto de 2015 (BRASILb, 2015).

Apesar de Maria José Bezerra ter contribuído de forma heroica para a História Brasileira e da Enfermagem, ela permanece invisibilizada na cidade de Limeira/SP e nos currículos de

cursos técnicos e superior de Enfermagem. O que se percebe é a valorização das enfermeiras brancas, como a inglesa Florence Nightingale e a brasileira Ana Justina Ferreira Nery.

CONCLUSÃO

A história pessoal e profissional da enfermeira negra Maria José Bezerra foi resgatada, descrita e discutida sob a perspectiva de gênero, raça e classe. Apesar de invisibilidade social, sua narrativa histórica demonstrou relevante desempenho, com papel contributivo na construção da identidade da enfermagem no Brasil.

O recorte temático da pesquisa permitiu extrapolar a história de vida da mulher negra, tornada enfermeira e com trajetória de destaque na guerra, mas sobretudo por desvelar dentro da enfermagem a relevância de estudos sociais. Mesmo diante do reconhecimento social e profissional negado por questões racistas e de gênero, os resultados do estudo possibilitaram compreender como a mulher negra ocupou um lugar importante no cuidado ao longo dos tempos no Brasil.

Torna-se necessário neste contexto dar voz na historiografia da profissão, revelando a importância de enfermeiras negras na construção da identidade da enfermagem, sem excluí-las das discussões críticas e do estudo acadêmico. Ao assumir essa postura se rompe com grande parte da forjada historiografia patriarcal, branca e elitista

Houve dificuldade em coletar, reunir e confrontar dados sobre a referida enfermeira, vista a escassez de estudos e matérias dado o racismo estrutural. Acredita-se que este trabalho buscou instigar a produção científica sobre a temática estabelecendo as relações entre os tempos históricos ao conceber o racismo como fenômeno social que perpassa os tempos. Reafirma-se a importância dos estudos de resgate de memória individual ou coletiva das enfermeiras negras.

REFERÊNCIAS

- Amaro, S. (2005). A questão racial na assistência social: um debate emergente. *Revista Serviço Social & Sociedade*, 26(81), 58-81.
- Brasil. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (2013). Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 jun. 2013.
- Brasil a. Projeto de Lei nº 99, de 8 de maio de 2015. (2015, 8 de maio). Requer que o nome de “Maria Soldado” seja perpetuado em uma das ruas, avenidas, praças ou logradouros públicos no município de Limeira. Câmara Municipal de Limeira, Recuperado de: <http://siave.limeira.sp.leg.br/Documentos/ListarArquivosPdf/59183>.
- Brasil b. Lei nº 5.539, de 08 de agosto de 2015. (2015, 08 de agosto) Perpetua o nome de “Maria Soldado” (Maria José Bezerra) em uma das ruas, avenidas, praças ou logradouros públicos no município de Limeira. Câmara Municipal de Limeira Recuperado de: <http://siave.limeira.sp.leg.br/Documentos/ListarArquivosPdf/59183>.
- Campos, P.F.S, Oguisso, T. e Freitas, G.F. (2007). Cultura dos cuidados: mulheres negras e formação da enfermagem profissional brasileira. *Cultura de los Cuidados*, 11(22), 33-39.

- Campos, P.F.S. (2012). Programa Enfermagem do SESP: formação e identidade profissional brasileira pós-1930. *Cadernos de História da Ciência*, 8(1),77-90.
- Campos, P.F.S. (2015). As enfermeiras da Legião Negra: representações da enfermagem na revolução constitucionalista de 1932. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, 33,53-65.
- Campos, P.F.S. e Oguisso, T. (2008). A Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e a reconfiguração da identidade profissional da Enfermagem Brasileira. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 61(6), 892-898. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672008000600017>.
- Connell, R. (2015). Gênero e corporificação na sociedade mundial. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(1), 281-287. <https://doi.org/10.21814/rlec.96>
- Conselho Federal de Enfermagem - COFEN. (2015). Relatório Final da Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Recursos Humanos em Saúde: Fiocruz.
- Faustino, O. (2011). *A Legião Negra - A luta dos afro-brasileiros na Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Selo Negro.
- Fausto, B. (2010). A revolução de 1930: historiografia e história. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Fernandes, M.A. (2000). *A Cena Muda*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Ferreira, J.U.G., Campos, P.F.S. (2014). Pérolas Negras: a participação de mulheres negras na Revolução Constitucionalista de 1932. *Revista Trilhas da História*, 3(6),121-148.
- Low, L. (2013). *Enfermeiras negras na revolução constitucionalista de 1932*. (tese de doutoramento). Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Low, L., Oguisso, T. (2014). Mary Seacole e Maria Soldado: enfermeiras negras que fizeram história. *Cultura de los Cuidados* 18(38), 64-70. <http://dx.doi.org/10.7184/cuid.2014.38.9>
- Mascarenhas, N.B., Melo, C.M.M., Silva, L.A. (2016). Gênesis do trabalho profissional da enfermeira no Brasil (1920-1925). *Revista Escola de Enfermagem Anna Nery*, 20(2),220-227. <http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20160029>
- Munanga, K. (2004). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação, Rio de Janeiro. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>
- Oguisso, T., Campos, P.F.S. e Moreira, A. (2011). Enfermagem pré-profissional no Brasil: questões e personagens. *Enfermagem em Foco*, (2),68-72.
- Padilha, M.I., Nelson, S. e Borenstein, M.S. (2011). As biografias como um dos caminhos na construção da identidade do profissional da Enfermagem. *História Ciências e Saúde – Manguinhos*, 18(supl.1):241-52. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000500013>
- Pereira, A.J.B.B. e Valente, A.L.E.F. (2014). O negro na Revolução Paulista de 32 – Entrevista com Raul Joviano do Amaral. *Revista USP*, (102), 101-109. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i102p101-109>
- Pinheiro, C.W. (2015). O cuidado das amas-de-leite e o protagonismo do negro na história da enfermagem: uma luta por equidade. *Here-História da enfermagem: revista eletrônica*, 6(1), 124-34.
- São Paulo (Estado). Participação da mulher na Revolução de 32 é marco importante para legado feminino no país. *Jornal A Gazeta*. 05.09.1932. Recuperado de: <https://www.migalhas.com.br/quentes/204015/participacao-da-mulher-na-revolucao-de-32-e-marco-importante-para-legado-feminino-no-pais>.
- Silva, T.A. e Freitas, G.F. (2018). Perfil sociodemográfico, socio-culturales y académicos de estudantes de enfermería en una institución de educación privada. *Cultura de los cuidados*, 12(52), 129-141. <https://doi.org/10.14198/cuid.2018.52.12>
- Villa, M.A. (2010). *A revolução de 1932 Constituição e cidadania*. São Paulo: Imprensa Oficial.